



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL DE MOÇAMBIQUE

Do Balanço à Acção – Rumo ao Desenvolvimento Integrado do País



Relatório

Maputo – Centro Cultural Moçambique-China, 8 de Julho de 2026

Parceiros:



GRUPO BANCO AFRICANO DE
DESENVOLVIMENTO



Financiado pela
União Europeia

Colaboração:





ÍNDICE

- 1. INTRODUÇÃO 4
- 2. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA 6
 - 2.1. Objectivo Geral 6
 - 2.2. Objectivos Específicos 6
- 3. SESSÃO DE ABERTURA..... 8
- 4. APRESENTAÇÃO DOS TEMAS CENTRAIS DA CONFERÊNCIA.....15
 - 4.1. BLOCO I - Diagnóstico Estratégico: Moçambique 2000–2025 15
 - 4.2. BLOCO II – Prospectiva e Posicionamento Estratégico: 2026 – 2050.....21
- 5. SESSÃO DE ENCERRAMENTO 29
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 34
- 7. ANEXOS 36

1. INTRODUÇÃO

Moçambique inaugurou um novo ciclo estratégico de governação, alicerçado na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044), articulada com o Pensar Moçambique 2050 e operacionalizada pelo Programa Quinquenal do Governo (PQG 2025–2029).

Este novo ciclo estratégico exige um exercício colectivo de reflexão sobre **que Moçambique queremos construir nos próximos 25 anos**, uma questão colocada pela Agenda 2025 há 25 anos atrás, que continua válida.

É neste contexto que o Governo de Moçambique, através do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), realizou, no dia 8 de Julho de 2026, no Centro Cultural Moçambique–China, na cidade de Maputo, a Primeira **Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável de Moçambique**, cujo lema foi **“Do Balanço à Acção: Rumo ao Desenvolvimento Integrado do País”**.

O evento contou com o apoio de parceiros de cooperação, com destaque para a União

Europeia, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); a colaboração da Fundação MASC, Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade Pedagógica (UP), International Growth Centre (IGC) e Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).

Participaram na Conferência cerca de 700 participantes presenciais e mais de 100 virtuais, destacando-se os Membros do Governo, Órgãos de Soberania, Governadores Provinciais, Secretários de Estado Provinciais, Administradores Distritais, antigos governantes, representantes de instituições académicas e de investigação, corpo diplomático, parceiros de cooperação, sector privado, empresas públicas, organizações da sociedade civil, oradores, moderadores e painelistas nacionais e internacionais, estudantes, órgãos de comunicação social, representantes de Partidos Políticos, Sindicatos, Ordens Profissionais, entre outros convidados.

O Programa da Conferência esteve estruturado em três momentos principais, nomeadamente: Sessão de abertura; 3 blocos (Diagnóstico Estratégico 2000 – 2025; Prospectiva e Posicionamento Estratégico 2026 – 2050 e de Consolidação Estratégica); Secção de Encerramento. Cada um dos painéis foi constituído por 1 moderador e 6 painelistas, e momentos reservados à discussão em plenária.

A **Sessão de Abertura** foi dirigida por **Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique**, e contou com intervenções de parceiros de cooperação, nomeadamente, o Embaixador da União Europeia em Moçambique (António Maggiore), o Director do Grupo Banco Mundial para Moçambique (Fily Sissoko), o Presidente do Município da Cidade de Maputo (Razaque Manhique) e do Ministro da Planificação e Desenvolvimento (Salim Cripton Valá).

A **Sessão de Encerramento** foi marcada pela leitura da Declaração de Maputo e contou com intervenções dos parceiros

de Cooperação, representando as Nações Unidas (Senhora Caherine Sozi) e o Banco Africano de Desenvolvimento (Senhor Rômulo Correia). O discurso de encerramento foi proferido por **Sua Excelência Salim Cripton Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento**.

O Ministério da Planificação e Desenvolvimento definiu a Conferência como *“uma plataforma de alto nível, de carácter analítico e prospectivo, orientado para a produção de consensos para acelerar a agenda de reformas e a monitoria das transformações em curso”*.

A Conferência introduziu um modelo inovador de planificação e monitoria dos principais instrumentos de planificação do País, nomeadamente a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025 – 2044) que traduz uma visão de médio e longo prazo, operacionalizada pelo Programa Quinquenal do Governo 2025 – 2029, realizando um balanço anual e perspectivas.



Painel da Sessão de Abertura da Conferência, presidida por Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique. (08/Julho/2026)

2. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA

2.1. Objectivo Geral

A Conferência visou proceder ao balanço estratégico do percurso de desenvolvimento de Moçambique nas últimas décadas, identificando avanços, desafios e lições aprendidas, bem como construir consensos sobre a visão, prioridades e metas de desenvolvimento do País, em alinhamento com a ENDE 2025–2044 e o PQG 2025 2029.

2.2. Objectivos Específicos

Especificamente, a Conferência visou:

- ▶ Avaliar o percurso de desenvolvimento de Moçambique (2000–2025), identificando avanços, desafios persistentes e principais lições da implementação da Agenda 2025 e dos instrumentos estratégicos nacionais;
- ▶ Promover uma reflexão estratégica sobre a transformação estrutural da economia, incluindo os desafios associados à dualidade entre a economia extractiva e a economia doméstica de baixa produtividade;
- ▶ Construir consensos sobre a visão e prioridades de desenvolvimento de longo prazo, em alinhamento com a ENDE 2025–2044, o PQG 2025–2029 e o Pensar Moçambique 2050;
- ▶ Identificar reformas e acções estratégicas de elevada prioridade para acelerar o desenvolvimento económico, social e territorial integrado do País;
- ▶ Reforçar o posicionamento de Moçambique nas agendas regionais e globais de desenvolvimento.

Principais momentos que corporizaram o evento:

- ◆ Boas vindas do Presidente do Conselho Municipal de Maputo
- ◆ Intervenção do Embaixador da União Europeia
- ◆ Intervenção do Director do Banco de Moçambique
- ◆ Intervenção do Ministro da Planificação e Desenvolvimento
- ◆ Discurso de Abertura de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, do Presidente da República de Moçambique
- ◆ Apresentação do Keynote Speaker – Doutor Arkinwumi Adesina
- ◆ Apresentação do Bloco I sobre o Diagnóstico Estratégico Moçambique 2000-2025, orador - Prof. Cardoso Muendane
- ◆ Apresentação do Bloco II sobre Prospectiva e Posicionamento Estratégico 2026-2050, orador – Dr. Prakash Ratilal
- ◆ Discussão - Diagnóstico Estratégico Moçambique 2000-2025. Moderador – Prof. Doutor José Chichava. Painelistas: Eng Castigo Langa, Prof. José Macuane, Dra. Elisa Gamberoni, Dr. Egas Daniel, Dra Virgínia Videira e Dr. Luís Magaço Júnior
- ◆ Discussão – Prospectiva e Posicionamento Estratégico 2026-20250, Moderador – Dr. Assif Osman. Painelistas Dr. Fâuzio Mussá, Eng. Marica Calabrese, Prof. Jorge Ferrão, Dra. Ivone Soares, Dr. Rômulo Correia, Prof. Doutor Elísio Macamo e Dr. Edo Stork
- ◆ Sessão de Encerramento: Leitura da Declaração de Maputo, Intervenção da Coordenadora Residente das Nações Unidas, intervenção do representante do BAD em Moçambique e discurso de encerramento do Ministro da Planificação e Desenvolvimento



3. SESSÃO DE ABERTURA

a) Intervenção de Sua Excelência Razaque Manhique, Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo

A intervenção de Sua Excelência o Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, serviu para dar as boas-vindas aos participantes da Conferência tendo destacado o Município de Maputo como um centro de oportunidades para o desenvolvimento sustentável, defendendo que a conferência marca o início de uma nova fase de crescimento inclusivo e de prosperidade para o país.



Intervenção dos parceiros de Cooperação

União Europeia em Moçambique

Na sua intervenção, o Embaixador da União Europeia em Moçambique, Antonino Maggiore, destacou que:

- A Conferência constituiu uma oportunidade estratégica para reflectir sobre o percurso de desenvolvimento de Moçambique e responder à questão fundamental: **“Que país queremos deixar à geração futura”**;
- O lema “Do Balanço à Acção” representa a necessidade de transformar a análise do passado em aprendizagem e a visão de futuro em responsabilidade e acção concreta;
- O desenvolvimento sustentável depende não apenas dos recursos disponíveis, mas sobretudo da **qualidade das escolhas, da força das instituições, da confiança, da continuidade das políticas públicas e da capacidade de implementação**;
- Moçambique continua a enfrentar desafios significativos, que incluem a **pobreza, desigualdades sociais e a insegurança em Cabo Delgado**, exigindo uma abordagem que assegure que as oportunidades de desenvolvimento beneficiem todos os moçambicanos;

- Que a ENDE e outras estratégias nacionais devem ser acompanhadas por uma forte capacidade institucional, pois **nenhuma estratégia transforma um país sem instituições fortes e pessoas capazes de a implementar**;
- **O desenvolvimento não é responsabilidade de uma única instituição ou parceiro, é um projecto nacional colectivo** que requer convergência de esforços, liderança, participação, estratégia e capacidade de transformar visão em acção;
- A resiliência do povo moçambicano constitui um dos principais activos do País, sendo fundamental transformar a visão estratégica em resultados concretos para as gerações presentes e futuras;
- O compromisso da União Europeia em continuar a apoiar Moçambique como **parceiro de confiança**, numa base de respeito mútuo, diálogo e responsabilidade partilhada.

b) Intervenção do Grupo Banco Mundial para Moçambique

Na sua intervenção, Fily Sissoko, Director do Banco Mundial para Moçambique, destacou **o compromisso da instituição em associar-se ao debate internacional sobre o desenvolvimento inclusivo e sustentável**, tendo sublinhado o seguinte:

- Moçambique demonstrou, ao longo dos últimos 25 anos, uma notável resiliência face aos desafios políticos, económicos, sociais e climáticos;
- O progresso do País foi condicionado por diversos choques internos e externos, incluindo a situação de insegurança em Cabo Delgado, reforçando a necessidade de promover um modelo de desenvolvimento capaz de gerar maior inclusão e resiliência;
- O crescimento económico deve ser mais **inclusivo e sustentável**, traduzindo-se em melhores condições de vida para a população, através da criação de empregos de qualidade, aumento dos rendimentos das famílias, expansão de activos produtivos e partilha da prosperidade. Neste contexto, sublinhou a importância de **reforçar a confiança dos investidores** como factor essencial para dinamizar o crescimento económico;
- A agricultura continua a constituir a base do desenvolvimento económico nacional, sendo urgente e oportuno a sua **transformação e modernização para aumentar a produtividade**, bem como a diversificação económica e a industrialização como pilares fundamentais para acelerar o desenvolvimento;
- Os recursos naturais, em particular o gás natural e os minerais, **devem ser utilizados como alavanca para o desenvolvimento nacional e para a transformação estrutural da economia**, assegurando uma gestão estratégica e sustentável que beneficie a população;
- Importância do **investimento no capital humano, com enfoque na educação, saúde e segurança nutricional**, bem como no desenvolvimento de competências necessárias para responder aos desafios futuros;
- A **transformação digital e a expansão das infra-estruturas de conectividade constituem factores essenciais** para aumentar a produtividade, ligar os mercados, promover a inclusão, melhorar a competitividade da economia e impulsionar o desenvolvimento do sector privado;
- O **fortalecimento das instituições públicas, da transparência e da prestação de contas são condições indispensáveis para uma boa governação** e para garantir resultados sustentáveis no processo de desenvolvimento;



- As prioridades para o desenvolvimento de Moçambique passam pela **transformação da agricultura, industrialização, diversificação da economia, valorização do capital humano, fortalecimento institucional, boa governação e criação de um ambiente favorável ao investimento privado**, com vista à construção de uma economia mais inclusiva, competitiva e sustentável;
- Reafirmou o compromisso do Banco Mundial em continuar a apoiar Moçambique na promoção de um **crescimento económico sustentável, inclusivo e gerador de oportunidades**.



c) Intervenção do Ministro da Planificação e Desenvolvimento

Na sua intervenção, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salim Cripton Valá destacou que:

- A **construção de uma Nação resulta de uma visão clara, de um projecto bem concebido e do esforço colectivo**, tal como uma casa sólida que é construída por muitos, em benefício das futuras gerações;
- Toda a transformação começa com uma visão**, sendo o desenvolvimento resultado de escolhas estratégicas e orientadas, e não de circunstâncias ocasionais;
- A **visão de desenvolvimento para os próximos 25 anos assenta numa governação participativa, dialogante e de proximidade**, com envolvimento da sociedade na construção e implementação de uma visão comum para o País;
- A **Conferência representa o compromisso do Governo de ouvir e valorizar os contributos dos diferentes segmentos da sociedade**, promovendo um processo inclusivo de reflexão estratégica;
- A actual geração é chamada a responder a um novo desafio histórico: **definir não apenas o País que sonhamos, mas o País que teremos coragem de construir para as futuras gerações**;
- Moçambique continua a construir a sua “Casa Comum”, sendo necessário ter coragem para concluir o que falta e fazer diferente**, aprendendo com as experiências passadas;

- Enfatizou que **as nações são recordadas pelas escolhas que tiveram a coragem de fazer**, e não apenas pelas circunstâncias que enfrentaram;
- Sublinhou que **o principal desafio consiste em reduzir o fosso entre planificar, orçamentar, executar e monitorar**, garantindo que as decisões estratégicas se traduzam em resultados concretos para os cidadãos;
- Referiu que **o País está a revisitar os fundamentos construídos no âmbito da Agenda 2025**, procurando preservar os avanços alcançados, reforçar os pontos fortes, corrigir fragilidades e promover as transformações necessárias;
- Alertou que **a entrada numa nova era de riqueza, impulsionada pelo gás natural, exige prudência, sensatez, pragmatismo e capacidade de aprender com a experiência internacional**;
- Defendeu que **o desenvolvimento nacional é uma responsabilidade colectiva**, envolvendo o Governo, o Estado, o sector privado, os parceiros de cooperação, a academia, a sociedade civil e todos os cidadãos;
- Destacou que **a participação de representantes de diferentes sectores da sociedade demonstra o compromisso nacional com um processo inclusivo**, representando simbolicamente **“o Moçambique em Miniatura”**;
- Enfatizou que **as decisões da Conferência terão impacto nas futuras gerações**, pelo que a visão construída deve responder às necessidades e desafios do futuro;
- Sublinhou que **o desenvolvimento deve traduzir-se em resultados concretos na vida dos cidadãos**, através de melhores escolas, unidades sanitárias, estradas, energia eléctrica, saneamento básico e melhores condições para os produtores agrícolas;
- Concluiu reafirmando o **compromisso do Governo em transformar as opções estratégicas em benefícios concretos para a população** e apelou à **coragem colectiva para acelerar, aprofundar, diversificar e dar maior vigor ao processo de transformação nacional**.



Participantes a Conferência, destacando-se na imagem, representantes dos parceiros de cooperação.
08/07/2026





Intervenção de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique. (08/07/2026).

d) Discurso de Abertura de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique

“Desenvolvimento Inclusivo: Da Agenda ao Moçambique do Futuro”

No discurso de abertura, Sua Excelência o Presidente da República transmitiu a visão central de que **“Moçambique entra num novo ciclo de desenvolvimento que exige transformar o diálogo em acção, os recursos em prosperidade, as reformas em resultados e o crescimento económico em desenvolvimento inclusivo e sustentável para todos os moçambicanos”**. Referiu-se a Conferência como um momento para **“retirar lições e ilações que nos permitam construir um Moçambique para todos moçambicanos e sustentável porque o desenvolvimento não acontece por acaso”**.

- Destacou a **Conferência como espaço de reflexão estratégica e construção colectiva** sobre o futuro do País.
- Sublinhou que **o desenvolvimento não acontece por acaso**, mas constrói-se com visão estratégica, instituições fortes e credíveis, políticas consistentes e com a capacidade de uma Nação colocar o futuro acima das circunstâncias do presente.
- Realçou que a Conferência **não deve limitar-se a produzir reflexões e diagnósticos**, mas deve gerar consensos, prioridades, compromissos e caminhos concretos capazes de transformar conhecimento em resultados para o desenvolvimento de Moçambique.
- Sublinhou que **Moçambique inicia um novo ciclo estratégico de desenvolvimento**, marcado pela transição da Agenda 2025 para uma nova visão nacional orientada pela **Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025–2044, Pensar Moçambique 2050 e pelo Programa Quinquenal do Governo 2025–2029**.

- **Destacou a importância de avaliar o percurso dos últimos 25 anos**, não apenas para revisitar a história, mas sobretudo para retirar lições, corrigir trajetórias, consolidar conquistas e projectar um futuro sustentável.
- **Enalteceu o legado da Agenda 2025**, reconhecendo o contributo de todos os moçambicanos que participaram na sua construção como um dos mais importantes exercícios nacionais de pensamento estratégico colectivo.
- **Destacou que o País consolida um novo ciclo de estabilidade política através do aprofundamento do Diálogo Nacional Inclusivo** e do reforço da confiança entre os cidadãos e as instituições.
- **Sublinhou que o Diálogo Nacional Inclusivo representa uma nova cultura de construção nacional**, baseada na participação, escuta recíproca, procura de consensos e valorização do contributo de todas as forças vivas da sociedade.
- **Defendeu que os grandes desafios nacionais encontram melhores respostas quando os moçambicanos se sentam, reflectem e decidem juntos**.
- **Reconheceu os avanços alcançados por Moçambique entre 2000 e 2025**, destacando a consolidação da paz e fortalecimento das instituições do Estado; a expansão das redes escolar e sanitária; aumento do acesso à energia, telecomunicações, estradas e infra-estruturas; maior integração regional e internacional; criação de melhores condições para investimento e crescimento económico; descoberta e valorização de recursos naturais estratégicos.
- Contudo, **sublinhou que permanecem desafios estruturais**, nomeadamente: a pobreza persistente; desigualdades territoriais e sociais; baixa produtividade económica; dificuldades de industrialização; insuficiente geração de emprego digno, sobretudo para jovens e mulheres.
- Realçou que **Moçambique cresceu, mas precisa transformar crescimento económico em produtividade, prosperidade e melhoria efectiva da vida dos cidadãos**.
- Sua Excelência o Presidente da República destacou que **uma das grandes tarefas do novo ciclo de governação é reduzir a dualidade económica**, aproximando a economia moderna dos grandes investimentos da economia doméstica, onde vive a maioria dos moçambicanos.
- Para o efeito, defendeu a **necessidade de garantir que os grandes projectos económicos impulsionem igualmente a agricultura comercial, indústria nacional, turismo, pequenas e médias empresas e criação de emprego em todo o território nacional**.
- Sublinhou a importância da **diversificação económica, valorização do conteúdo local e criação de oportunidades para jovens e mulheres**.
- Realçou que **Moçambique possui condições únicas para assumir um papel de destaque regional e continental**, devido à sua localização geográfica estratégica; abundância de recursos minerais, energéticos, agrícolas, marinhos e turísticos; posição privilegiada como plataforma logística da SADC; existência de uma população jovem, criativa e empreendedora; investimentos estratégicos no sector do gás natural.
- Contudo, **sublinhou que a abundância de recursos naturais, por si só, não gera desenvolvimento**, sendo necessário transformar a riqueza natural em riqueza nacional e crescimento económico em desenvolvimento inclusivo.
- Destacou que o **Governo está a implementar reformas estruturantes para acelerar a transformação económica**, incluindo: novas leis no sector extractivo; promoção



do conteúdo local; criação do Banco de Desenvolvimento; melhoria do ambiente de negócios; digitalização dos serviços públicos; combate à corrupção; aumento da eficiência das instituições públicas.

- Sublinhou a **necessidade de continuar as reformas da Administração Pública, descentralização e governação territorial**, garantindo instituições mais próximas dos cidadãos.
- Defendeu que **cidadãos íntegros devem estar ao serviço do Estado e não servir-se dele**.
- Destacou que o mundo atravessa profundas transformações, impulsionadas pela **revolução digital, inteligência artificial, reorganização das cadeias globais de valor e alterações climáticas**.
- Sublinhou ainda que **Moçambique deve preparar-se para este novo contexto global**, apostando no conhecimento, inovação, competitividade e valorização do capital humano.

Enfatizou que **o desenvolvimento de Moçambique** não será construído apenas pelo Governo, mas **exige o envolvimento de toda a sociedade, pois nenhuma estratégia nacional terá sucesso se não for apropriada por todos os moçambicanos**.

- Realçou que a **Declaração de Maputo** deverá representar não apenas a conclusão da Conferência, mas o início de uma nova etapa de acção colectiva, compromisso nacional e transformação de ideias em resultados.
- Sublinhou que cada geração recebe um país inacabado e **tem a responsabilidade de melhorá-lo antes de entregá-lo às futuras gerações**.
- Destacou que a actual geração tem o desafio histórico de transformar os próximos 25 anos no período da **construção da independência económica e consolidação de um Moçambique mais desenvolvido, competitivo e inclusivo**.
- Terminou, **enaltecendo o legado da geração que conquistou a Independência Nacional** e apelou à actual geração para honrar esse legado através de resultados concretos para o bem-estar do povo moçambicano.



Painel da Sessão de Abertura da Conferência, presidida por Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique. (08/Julho/2026).

4. APRESENTAÇÃO DOS TEMAS CENTRAIS DA CONFERÊNCIA

4.1. BLOCO 1 - Diagnóstico Estratégico: Moçambique 2000–2025



Mr. Akinwumi Ayodeji Adesina, keynote Speaker da Conferência. 08/07/2026

Este painel, foi antecedido pela intervenção do convidado internacional, o **Doutor Akinwumi Ayodeji Adesina**, na qualidade de keynote Speaker, que se debruçou sobre o tema **“Construindo a Prosperidade: A Jornada de Moçambique do Potencial ao Desenvolvimento Sustentável”**.

Seguiram-se as apresentações dos oradores dos dois principais temas da conferência, nomeadamente: Diagnóstico Estratégico 2000-2025 pelo **Prof. Doutor Cardoso Muendane**; e, Prospectiva e posicionamento Estratégico 2026 - 2050, pelo **Doutor Prakash Ratilal**.

a) **Construindo a Prosperidade: A Jornada de Moçambique do Potencial ao Desenvolvimento Sustentável**

O Doutor Akinwumi Ayodeji Adesina fez uma apresentação do percurso de Moçambique para o desenvolvimento, elencando as oportunidades que o país dispõe e que podem ser transformadas em prosperidade duradoura, bem como os principais pilares estratégicos que o país deve investir para o alcance do desenvolvimento sustentável. Ao longo da sua intervenção baseada no potencial que Moçambique dispõe, o Doutor Adesina foi orientando a sua reflexão em torno das seguintes questões: **como Moçambique transforma o seu potencial em prosperidade duradoura? Quanta capacidade económica é que Moçambique pode desenvolver a partir dos seus recursos energéticos?** Como preparamos os moçambicanos para liderarem a economia do futuro? **De que forma os investimentos podem acelerar o desenvolvimento sustentável?**

- O orador destacou que a **prosperidade de uma nação** não depende apenas da disponibilidade de recursos naturais, da sua localização geográfica ou do seu potencial agrícola, mas sobretudo da **capacidade de transformar esses activos em riqueza**,



desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida da população, através de instituições fortes, visão estratégica e decisões políticas e económicas acertadas.

- Foi enfatizado que **Moçambique deve ultrapassar uma lógica baseada na simples exportação de matérias-primas, priorizando a industrialização, a agregação de valor, o desenvolvimento de capacidades produtivas nacionais e a integração do País nas cadeias globais de abastecimento, como elementos fundamentais para a transformação estrutural da economia e criação de emprego.**
- Sugeriu que o **alcance da prosperidade e desenvolvimento sustentável e inclusivo, deve passar pela adopção de cinco pilares** fundamentais, destacando:
 - **Pilar I – Prosperidade** – Construir uma indústria competitiva onde a riqueza natural seja transformada em recursos industriais, que o investimento se transforme em criação de emprego, onde o crescimento económico se traduza em melhoria da qualidade de vida.
 - **Pilar II – Desenvolvimento do Capital Humano** – que representa a base da competitividade, sendo por isso necessário investir na educação de qualidade, formação técnico-profissional, investigação, competências digitais, inovação, saúde, empreendedorismo e capacitação da juventude e das mulheres, valorizando igualmente o conhecimento, as competências e as redes da diáspora moçambicana;
 - **Pilar III – Conectividade** – Reforçar a conectividade regional, para um melhor aproveitamento das vantagens estratégicas de Moçambique, nomeadamente a localização geográfica (Oceano Índico), linha costeira, portos, corredores de transporte, ligações de mercados regionais. São factores que constituem a base para Moçambique tornar-se um importante porto de entrada entre África Austral e os Mercados Globais – apostar na integração regional, criando oportunidades de comércio de comércio e investimento.
 - **Pilar IV - Instituições Resilientes** – criar instituições fortes, transparentes, eficientes e credíveis, sustentadas por políticas públicas adequadas e uma governação eficaz, capaz de resistir à choques. Sugeriu a criação do “Fundo de Resiliência ao Investimento de Moçambique”, para reforçar a capacidade do país para resistir à choques climáticos.
 - **Pilar V - Parcerias Estratégicas** – as prioridades nacionais e os interesses dos investidores se reforçam mutuamente, e um dos desafios de África tem sido converter os activos em capital produtivo, como por exemplo, o gás natural, minerais, portos, corredores de transporte, redes de infraestruturas, futuras fontes de receitas.

Quanto os 5 pilares se unem, as indústrias competitivas criam oportunidades económicas; capital humano gera capacidade; conectividade regional cria acesso; instituições resilientes geram confiança; parcerias estratégicas geram escala.

O sucesso de Moçambique será medido por: (i) Qualidade da sua educação; (ii) Solidez dos cuidados de saúde; (iii) Oportunidades disponíveis para os seus jovens; (iv) Produtividade das suas empresas; (v) Resiliência das suas comunidades; e (vi) Confiança dos seus cidadãos.



b) Avaliação da Agenda 2025, apresentação feita pelo Prof. Doutor Cardoso Muendane

A mensagem central esteve assente no posicionamento de que **Moçambique registou avanços relevantes no período 2000–2025, mas a trajectória de desenvolvimento ficou aquém da visão ambiciosa estabelecida na Agenda 2025, mantendo o País numa posição intermédia de desenvolvimento.**

A avaliação evidencia que o País passou por **profundas mudanças demográficas e económicas**, com a população a aumentar de **cerca de 18 milhões de habitantes em 2000 para mais de 34 milhões em 2024**, criando **maior pressão sobre os serviços públicos, o mercado de trabalho e a capacidade de geração de emprego.**

A economia registou **períodos de crescimento económico e expansão de infra-estruturas**, mas evoluiu para uma **maior dependência da indústria extractiva, sobretudo dos recursos minerais e gás natural**, sem o correspondente fortalecimento da **indústria transformadora, da produtividade agrícola e da diversificação da base produtiva nacional**. Embora tenham sido alcançados **progressos importantes no acesso à educação, saúde, energia e água**, estes ganhos **ainda não se traduziram numa transformação estrutural capaz de reduzir significativamente a pobreza, as desigualdades sociais e a vulnerabilidade económica.**

- Os indicadores sociais revelam **avanços significativos**, nomeadamente no **aumento dos anos médios de escolaridade**, na **expansão do acesso à electricidade (de cerca de 6% para mais de 60%)** e à **água potável (de cerca de 36% para mais de 60%)**.
- Persistem **desafios estruturais**, incluindo **elevados níveis de pobreza** (estimada em cerca de 65% em 2022), **aumento das desigualdades sociais, baixo rendimento per capita, dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho e limitações na qualidade dos serviços públicos.**
- No domínio institucional, apesar dos **avanços na descentralização e modernização administrativa**, permanecem desafios relacionados com a **eficácia do Estado, qualidade regulatória, combate à corrupção e reforço da confiança nas instituições públicas.**



- Foi igualmente destacado que a **deterioração dos indicadores de paz e segurança, particularmente devido ao terrorismo em Cabo Delgado e às tensões pós-eleitorais, constitui um factor condicionante do desenvolvimento nacional.**

➤ **Moçambique conseguiu construir importantes bases de desenvolvimento, mas enfrenta agora o desafio de transitar de uma fase centrada na expansão do acesso e no crescimento económico para uma etapa de verdadeira transformação estrutural.**

➤ O futuro deverá estar orientado para a construção de uma **economia mais diversificada, produtiva e competitiva**, assente no **desenvolvimento do capital humano, industrialização, inovação, fortalecimento institucional, equilíbrio territorial e investimentos estratégicos**, capazes de colocar o País numa trajectória de **desenvolvimento sustentável e de concretização dos cenários mais favoráveis da visão nacional de longo prazo.**



c) Debate em Painel

- Os **pontos-chave do debate** versaram sobre a compreensão e análise dos factores críticos que limitam o crescimento económico elevado e sua diversificação; o fortalecimento das PME's; a aceleração da descentralização administrativa e fiscal; o investimento na educação, na capacitação técnica e no desenvolvimento do capital humano; o reforço das instituições públicas, a modernização do Estado, implementação de planos e agendas; monitoria e avaliação das políticas públicas e gestão estratégica dos recursos naturais.
- Apontam-se que apesar de **Moçambique ter registado avanços económicos e sociais significativos nas últimas décadas, o modelo de crescimento adoptado não conseguiu gerar uma transformação estrutural suficientemente inclusiva.**
- Entre **2000 e 2015**, o País registou **elevadas taxas de crescimento económico**, impulsionadas sobretudo pelo **sector extrativo**, mas com **reduzida capacidade de criação de emprego, desenvolvimento de cadeias produtivas nacionais e redução das desigualdades sociais.**

- Os principais constrangimentos ao desenvolvimento continuam associados às **fragilidades institucionais, à excessiva centralização da tomada de decisão, ao ritmo lento da descentralização, às limitações na implementação das políticas públicas e às dificuldades enfrentadas pelo sector privado, particularmente pelas pequenas e médias empresas (PME's), no acesso ao financiamento, tecnologia e mercados.**

Como **recomendações e propostas**, foi avançada a necessidade de:

- **Mudança de paradigma**, orientando para a **diversificação económica e transformação produtiva**, com maior aposta na **agricultura, turismo, energia, industrialização e fortalecimento das PME's.**
- **Investimento no capital humano**, sobretudo na **educação técnica e profissional** como condição para aumentar a **produtividade, inovação e competitividade da economia.**
- **Aprofundamento da descentralização administrativa e fiscal**, para **reforçar a autonomia e capacidade dos governos locais** e promover uma **maior participação dos cidadãos no desenvolvimento territorial.**
- **Fortalecimento das instituições, modernização do Estado, melhoria dos sistemas de monitoria e avaliação e uma gestão estratégica dos recursos naturais** como factores determinantes para transformar o potencial do País em **desenvolvimento sustentável e inclusivo.**



d) Debate em Plenária

- Os **pontos-chave do debate** incidiram sobre **questões estratégicas para o desenvolvimento económico e institucional de Moçambique**, com destaque para política de incentivos ao investimento estrangeiro, gestão e utilização das receitas do gás natural, descentralização, coordenação entre os diferentes níveis de governação, continuidade das políticas públicas, modernização administrativa, fortalecimento das empresas nacionais e alinhamento da formação técnico-profissional.
- Foi defendido que as **futuras receitas provenientes da exploração do gás natural** sejam orientadas para **investimentos estruturantes**, com enfoque na **industrialização**, na **agricultura**, no **desenvolvimento do capital humano** e na **redução das desigualdades sociais**.
- Salientou-se que o **aprofundamento da descentralização** exige **maior coordenação entre os diferentes níveis de governação**, **reforço da capacidade institucional** e **mecanismos que garantam a continuidade das políticas públicas**, independentemente das mudanças de liderança.
- Foram identificadas como prioridades a **modernização da Administração Pública**, a **digitalização dos serviços públicos** e o **fortalecimento dos sistemas de monitoria, avaliação e responsabilização**.
- Foi enfatizada a necessidade de **fortalecer o sector empresarial nacional**, sobretudo as **empresas de média e grande dimensão**, através de **melhores instrumentos de financiamento** e de um **ambiente mais favorável ao investimento**.
- Defendeu-se uma **maior articulação entre a formação técnico-profissional e as necessidades do mercado de trabalho**, bem como o **reforço da cooperação entre o governo, a academia, o sector privado e a sociedade civil** na formulação e implementação das políticas públicas.



Participantes a Conferência, destacando-se na imagem, membros do Governo de Moçambique. 08/07/2026



4.2. BLOCO II – Prospectiva e Posicionamento Estratégico: 2026 – 2050

O Bloco II esteve dedicado à reflexão sobre a visão de longo prazo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável de Moçambique, à identificação das principais tendências, desafios emergentes e à definição de prioridades estratégicas para o período 2026–2050.

a) Orador 3 - Dr. Prakash Ratilal que abordou a **Análise Prospectiva e Posicionamento Estratégico: Moçambique 2026–2050**

O tema centrou-se na **reflexão sobre o futuro estratégico de Moçambique**, partindo da análise do percurso de desenvolvimento do País nas últimas décadas e dos desafios para a construção de uma **economia mais diversificada, inclusiva e sustentável até 2050**.

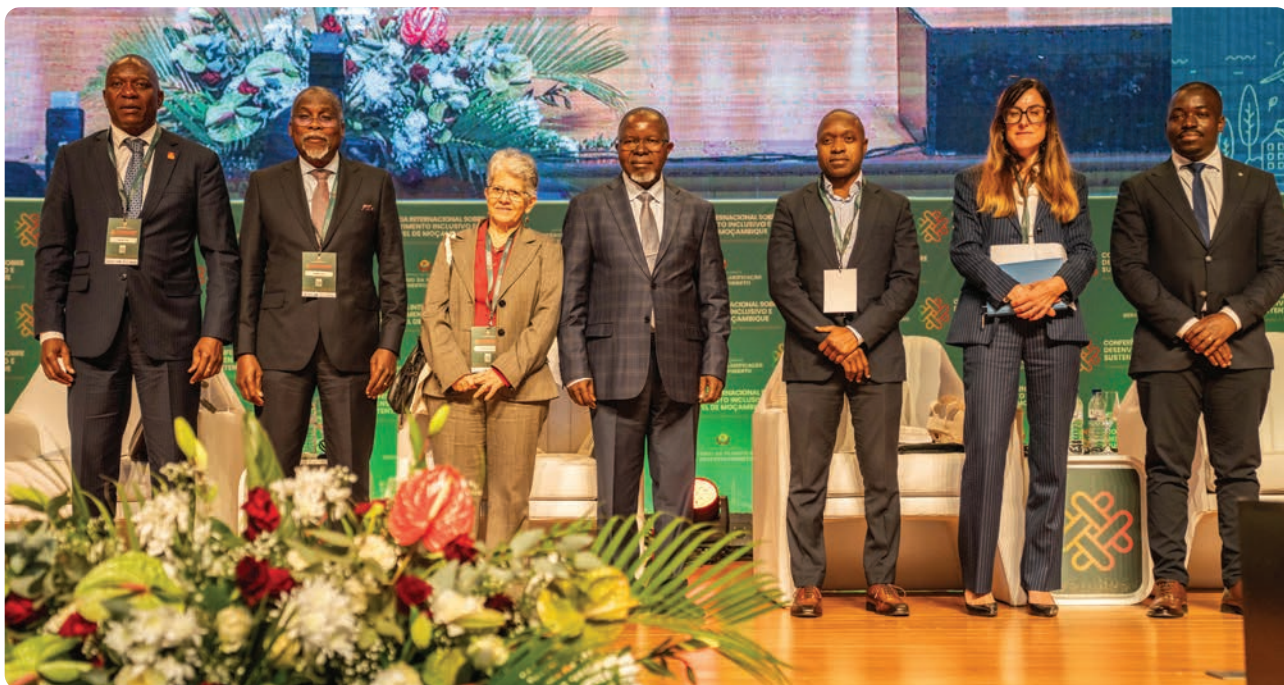
- Referiu-se que **Moçambique se encontra perante uma escolha estratégica de geração**, sendo fundamental definir, no presente, **o modelo do país que se pretende construir nas próximas décadas**, considerando que o horizonte 2050 representa o futuro de várias gerações.
- Os **progressos alcançados entre 1993 e 2015**, foram marcados por **forte crescimento económico**, com uma taxa média anual do PIB de cerca de 7,9% e com **redução significativa da pobreza**. Contudo, entre 2016 e 2025, registou-se uma **desaceleração económica e agravamento das vulnerabilidades sociais**, evidenciando **limitações do modelo de crescimento adoptado**.
- Foi sublinhado que **o principal desafio de Moçambique não é apenas crescer economicamente**, mas **transformar estruturalmente a economia**, promovendo **maior produtividade, criação de emprego, diversificação económica e melhoria das condições de vida da população**.
- Destacou-se que **o crescimento registado no passado não se traduziu numa transformação social proporcional**, sendo necessário assegurar que **os benefícios do desenvolvimento sejam mais amplamente distribuídos**.
- Foi enfatizado o **desfasamento entre as estratégias definidas e a sua implementação efectiva**, defendendo-se a necessidade de **reforçar a capacidade de execução do Estado, por forma a transformar compromissos em acções concretas e garantir resultados visíveis e mensuráveis para os cidadãos**.



Apontou-se, como **prioridades estratégicas para o futuro desenvolvimento de Moçambique** as seguintes:

- **Restabelecimento da confiança económica e institucional**, criando um ambiente mais previsível e favorável ao investimento, ao sector privado e ao crescimento sustentável;
- **Promoção da transformação da agricultura e agroindústria**, como pilares da segurança alimentar, geração de emprego e industrialização da economia nacional;
- **Fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's)**, reconhecendo o seu papel fundamental na geração de rendimento, criação de emprego e dinamização do desenvolvimento local;
- **Construção de instituições fortes, credíveis e eficientes**, baseadas em liderança competente, profissionalismo, mérito, transparência e respeito pelo Estado de Direito Democrático;
- **Valorização estratégica dos recursos naturais**, assegurando que sejam convertidos em riqueza produtiva e em benefícios económicos e sociais para a população;
- **Investimento no capital humano**, através do reforço da educação, ciência, tecnologia, inovação e desenvolvimento de competências alinhadas às necessidades da economia;
- **Reforço da resiliência climática e mitigação**, integrando as alterações climáticas no planeamento e nas políticas nacionais de desenvolvimento;
- **Promoção de maior coordenação e diálogo nacional**, envolvendo o governo, sector privado, sociedade civil, academia e parceiros de desenvolvimento na construção de uma visão comum para o futuro do país.

Realçou-se que **Moçambique deve transitar de uma lógica centrada exclusivamente no crescimento económico para uma agenda de transformação nacional**, sustentada na **produção, inclusão económica, instituições fortes, confiança e visão estratégica de longo prazo**, e que **o desenvolvimento sustentável exige um ciclo contínuo de planeamento, execução, monitoria, avaliação e ajustamento das políticas públicas**, de modo a **transformar os recursos e oportunidades existentes em resultados concretos para os cidadãos**.



Painelistas do Bloco sobre o Diagnóstico Estratégico. 08/07/2026

b) Debate em Painel

Houve convergência na necessidade de **construir uma visão estratégica de longo prazo para Moçambique, baseada em instituições fortes, crescimento inclusivo, educação de qualidade, fortalecimento do sector privado e diálogo permanente entre os actores da sociedade**.

No âmbito da Implementação de Planos, Agendas e Crescimento Inclusivo

Foram **propostas como medidas**:

- Facilitar o acesso das MPME ao financiamento, assistência técnica, certificação, inovação e inseridas em cadeias de valor dos grandes projectos;
- Melhorar o ambiente de negócios através da simplificação administrativa e maior articulação entre o Estado e o sector privado;
- Promover políticas de conteúdo local que aumentem a participação das empresas nacionais na economia.

- Foi destacado que **o principal desafio do País** não reside na formulação de novos planos, **mas na capacidade de implementar de forma eficaz, coordenada e orientada para resultados as estratégias existentes**.
- Reconheceu-se que Moçambique dispõe de instrumentos estratégicos relevantes, **mas os resultados alcançados permanecem aquém das expectativas devido às limitações na capacidade de implementação das políticas públicas**.
- Foi constatado que o crescimento económico das últimas décadas não se traduziu numa redução sustentável da pobreza, **sendo necessário promover um modelo de desenvolvimento mais inclusivo, capaz de responder ao desafio demográfico**, considerando que cerca de 400 mil jovens entram anualmente no mercado de trabalho.
- Como prioridade, foi defendido o **fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's)**, como motor de geração de emprego, diversificação económica e desenvolvimento local.

No âmbito da Educação e Desenvolvimento do Capital Humano

- A **educação** foi destacada como **o principal alicerce para o desenvolvimento sustentável de Moçambique**. Alertou-se sobre a **redução da qualidade da aprendizagem e sobre a acentuação das desigualdades regionais no acesso e desempenho escolar**, defendendo-se uma intervenção baseada em evidências.
- Foi enfatizado que **o capital humano, a educação e o desenvolvimento de competências são factores determinantes para uma economia mais produtiva e competitiva**.
- Foi proposta a criação de um **Pacto entre os sectores da Educação e Planificação, sustentado por dados fiáveis**, permitindo desenvolver políticas diferenciadas por província, distrito e grupos sociais, bem como fortalecer uma cultura de aprendizagem contínua e utilização da evidência na tomada de decisão.

No âmbito da Crescimento Económico e Desenvolvimento do Sector Privado

- Os participantes defenderam que **o crescimento económico deve ser acompanhado por inclusão social, criação de emprego e fortalecimento das capacidades produtivas**

nacionais, destacando que **o crescimento do PIB, por si só, não constitui um fim, devendo traduzir-se em melhoria das condições de vida da população.**

- Os painelistas destacaram ainda que, embora os grandes investimentos tenham um papel relevante, **são as MPME's que geram maior parte do emprego e permitem uma distribuição mais ampla dos benefícios do crescimento económico.**

No âmbito do Fortalecimento Institucional e Boa Governação

- Foi consensual que **instituições públicas fortes, credíveis e eficientes constituem uma condição essencial para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.**
- Defendeu-se **maior coordenação dentro da Administração Pública, continuidade e estabilidade das políticas públicas, transparência, responsabilização e o reforço da capacidade de execução do Estado.**
- Foi destacado que **a confiança dos investidores depende da previsibilidade das políticas económicas, fiscais e regulatórias.**

No âmbito da Atracção de Investimento e Sustentabilidade Financeira

- Defendeu-se uma transição para um modelo de desenvolvimento com **maior mobilização de investimento privado, poupança nacional e recursos financeiros africanos**, reduzindo gradualmente a dependência externa.

Foram destacadas as seguintes **prioridades**:

- Garantir estabilidade macroeconómica e previsibilidade das políticas públicas e regulatórias;
- Criar plataformas integradas de desenvolvimento económico e de cadeias de valor;
- Aprofundar as reformas fiscais para promover competitividade, formalização económica e sustentabilidade das finanças públicas.

No âmbito do Desenvolvimento Rural, Coesão Social e Governação Participativa

- Foi destacado que o desenvolvimento sustentável de Moçambique **dependerá da redução das assimetrias territoriais, valorização das zonas rurais e criação de oportunidades para a juventude;**
- Defendeu-se que **a descentralização deve ser fortalecida como instrumento de promoção do desenvolvimento equilibrado e melhoria da prestação de serviços públicos;**
- Foram avançadas como propostas: i) o **maior investimento em infra-estruturas económicas e sociais nas zonas rurais;** ii) a **criação de incentivos para a instalação de empresas, instituições de ensino e serviços públicos fora dos grandes centros urbanos;** iii) a **promoção da industrialização rural e a geração de oportunidades locais.**

No âmbito da Juventude, Formação e Emprego

A juventude foi identificada como **um activo estratégico para o futuro do País**, tendo sido defendido o reforço de:

- Formação técnico-profissional alinhada às necessidades do mercado;
- Parcerias entre governo, sector privado, sociedade civil, universidades e centros de formação;
- Promoção do empreendedorismo juvenil e participação em actividades produtivas.

No âmbito da Educação Financeira e Cultura Empreendedora

- Foi proposta a introdução da **educação financeira no sistema de ensino**, como instrumento para desenvolver competências de gestão, poupança, investimento e criação de rendimento.
- Defendeu-se o fortalecimento da **cultura empreendedora, inovação e criatividade como motores do desenvolvimento económico e social**, bem como do **Diálogo Nacional, Paz e Coesão Social.**
- Os participantes reafirmaram que **não existe desenvolvimento sustentável sem paz, estabilidade e coesão social.**

Foi defendida a **necessidade** de:

- Reforçar o diálogo permanente entre governo, sector privado, academia, sociedade civil e comunidades;
- Promover uma plataforma permanente de diálogo e concertação nacional;
- Valorizar a diversidade cultural e combater factores que ameaçam a unidade nacional.



Participantes a Conferência, destacando-se na imagem, membros do Governo, Líderes de Partidos Políticos e individualidades.

No âmbito da Igualdade de Género e Participação Social

Foi reconhecido que a **participação activa das mulheres é fundamental para o desenvolvimento económico e social equilibrado**, defendendo-se:

- Maior igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- Reforço da participação feminina nos processos de decisão;
- Maior envolvimento das comunidades e organizações sociais na formulação e monitoria das políticas públicas.



Concluiu-se que **Moçambique deve transitar de uma agenda centrada no crescimento económico para uma agenda de transformação estrutural**, assente em **instituições fortes, capital humano qualificado, sector privado competitivo, desenvolvimento rural, inclusão social, paz e governação participativa**.

A **concretização da visão de longo prazo** do País dependerá da **capacidade de transformar estratégias em resultados concretos**, através de melhor implementação, coordenação, monitoria e responsabilização dos diferentes actores do desenvolvimento nacional.



Painelistas do Bloco sobre Prospectiva E Posicionamento Estratégico. 08/07/2026

c) Debate em Plenária

Foi consensual que **o principal desafio do País não está na formulação de novos planos, mas na capacidade de garantir a sua implementação efectiva**, através de **instituições fortes, liderança responsável, coordenação, monitoria, avaliação e prestação de contas**.

Sobre a Descentralização

- Defendeu-se que **a descentralização deve ser acompanhada pela transferência efectiva de competências, recursos e capacidades para os níveis locais**, permitindo um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Sobre o Desenvolvimento Rural

- Foi destacada a necessidade de **investir nas zonas rurais em infra-estruturas, serviços públicos, acesso aos mercados e valorização da agricultura e agro-indústria**, criando condições para a **fixação de jovens qualificados e profissionais fora dos grandes centros urbanos**.

Sobre a Educação e Formação para o Desenvolvimento

- Foi reforçada a necessidade de **adequar o sistema educativo às realidades económicas e sociais distintas do País**, aproximando a aprendizagem das necessidades das comunidades e das actividades produtivas locais.
- Os participantes **defenderam maior valorização do conhecimento local e integração entre saberes tradicionais, inovação tecnológica e formação técnico-profissional**.

- Foi enfatizada a necessidade de **introdução da educação financeira no currículo escolar** para promover competências de gestão, poupança, investimento e empreendedorismo.
- **Reforço das finanças comunitárias**, incluindo grupos de poupança e crédito rotativo (ASCA's), como instrumentos de inclusão financeira, sobretudo nas zonas rurais e peri-urbanas.

Sobre a Reforma Fiscal e Sustentabilidade das Finanças Públicas

No domínio fiscal, foi defendida a necessidade de **reforçar a disciplina fiscal, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos**, com destaque para as seguintes **propostas de medidas**:

- Melhoria do quadro legal das finanças públicas;
- Redução dos desvios entre o plano, o orçamento aprovado e a execução efectiva;
- Desenvolvimento do mercado de capitais e criação de instrumentos financeiros para facilitar o acesso ao crédito pelas MPME's;
- Promoção de uma política fiscal equilibrada, capaz de garantir a sustentabilidade das finanças **públicas** e a competitividade empresarial.

Sobre a Transparência, Governação e Confiança institucional

Os participantes destacaram que **a confiança entre o Estado, sector privado e cidadãos constitui um activo estratégico para o desenvolvimento nacional**. Foi defendida a necessidade de:

- Maior transparência, prestação de contas e comunicação clara das decisões públicas;
- Fortalecimento da concertação entre governo, sector privado, academia e sociedade civil;
- Maior participação dos diferentes actores na definição e acompanhamento das políticas públicas.

Reafirmou-se que **a concretização da Visão de Moçambique para 2050 dependerá da capacidade de transformar consensos em acções concretas**, fortalecendo instituições, promovendo inclusão económica e social e assegurando continuidade das políticas públicas, investindo no capital humano, valorizando a juventude, fortalecendo o sector privado, dinamizando o desenvolvimento rural, garantindo estabilidade macroeconómica e promovendo uma cultura de diálogo, transparência e aprendizagem institucional.



Principais Consensos

Os debates evidenciaram **amplo consenso** sobre os **principais desafios estruturais e prioridades estratégicas** para alcançar um **desenvolvimento inclusivo sustentável até 2050**, destacando-se:

- ◆ **Priorizar o reforço da capacidade de implementação de políticas públicas** - Moçambique dispõe de **estratégias e instrumentos de planificação adequados**, mas o **desafio central é garantir a sua execução efectiva**, através de coordenação, monitoria, avaliação e responsabilização.
- ◆ **Investir no capital humano e melhorar a qualidade da educação** - A educação foi reconhecida como **factor central da transformação económica e social**, sendo prioritário melhorar a qualidade do ensino, reduzir desigualdades regionais e fortalecer a formação técnico-profissional.
- ◆ **Promover crescimento económico inclusivo** - o **crescimento económico deve gerar oportunidades para todos**, através da diversificação económica, fortalecimento das MPME's e maior participação das empresas nacionais nas cadeias de valor.
- ◆ **Reforçar as instituições e melhorar a governação** - **necessidade de instituições públicas mais competentes, transparentes e eficientes**, capazes de garantir confiança, estabilidade e melhor prestação de serviços.
- ◆ **Assegurar estabilidade macroeconómica e sustentabilidade fiscal** - Destacada a importância de **disciplina fiscal, gestão responsável das finanças públicas e reformas que favoreçam o investimento e o crescimento empresarial**.
- ◆ **Valorizar a juventude e promover o desenvolvimento rural** - defendida a criação de **oportunidades de emprego, formação e empreendedorismo para jovens**, associada ao fortalecimento das economias locais e redução das assimetrias territoriais, em particular entre as áreas rurais e urbanas.
- ◆ **Reforçar o diálogo nacional e a coesão social** - a **paz, reconciliação, tolerância e diálogo permanente** são condições essenciais para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.
- ◆ **Promover a igualdade de género e a participação cidadã** - reconhecido o papel estratégico das mulheres e comunidades, defendendo-se **maior participação nos processos de decisão e implementação de políticas públicas**.
- ◆ **Estimular a inovação e a aprendizagem institucional** - necessidade de **avaliar resultados, aprender com experiências anteriores e adaptar políticas às mudanças económicas, sociais, tecnológicas e ambientais**.
- ◆ **Construir uma visão nacional partilhada para 2050** - Como mensagem final, a **concretização da Visão de Moçambique 2050 dependerá de um compromisso colectivo entre governo, sector privado, academia, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento**, sustentado em **liderança responsável, continuidade das reformas e fortalecimento institucional**.



5. SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A Sessão de Encerramento compreendeu a apresentação da **Declaração de Maputo**, seguida das intervenções de Excelentíssima Senhora Catherine Sozi, Coordenadora Residente das Nações Unidas em Moçambique, do representante do Banco Africano de Desenvolvimento, e de Sua Excelência Salim Cipton Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento.

a) Declaração de Maputo sobre Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável de Moçambique

A **Declaração de Maputo contempla as principais áreas estratégicas para o desenvolvimento de Moçambique**, nomeadamente a paz, unidade nacional e segurança; transformação estrutural da economia; desenvolvimento do capital humano e promoção do emprego; expansão de infraestruturas e serviços; boa governação e fortalecimento institucional; gestão sustentável dos recursos naturais; resiliência climática e sustentabilidade ambiental; transformação digital e inovação; integração regional e posicionamento estratégico de Moçambique; parcerias para o desenvolvimento e construção de consensos nacionais.

São áreas que mereceram um amplo debate ao longo da conferência e deverão merecer o seu desdobramento através de um plano de acção e uma matriz de seguimento com responsabilidades para a monitoria das recomendações feitas durante o evento.



b) Intervenção de Encerramento dos Parceiros (Excelentíssima Senhora Catherine Sozi, Coordenadora Residente das Nações Unidas em Moçambique e Rômulo Correia, Representante do Banco Africano de Desenvolvimento em Moçambique)

Intervenção da Coordenadora Residente das Nações Unidas

Na sua intervenção, a Coordenadora Residente das Nações Unidas em Moçambique destacou que a Conferência constituiu um momento decisivo para o próximo ciclo de desenvolvimento do País, defendendo que este tipo de plataformas deve ser **institucionalizado como espaço permanente de diálogo, participação e construção de compromissos colectivos**, envolvendo todas as esferas da sociedade na partilha de responsabilidades.

Congratulou o País pela apresentação, em alto nível, da **Revisão Nacional Voluntária (RNV)**, sublinhando que, apesar dos desafios, particularmente os impactos das alterações climáticas, **Moçambique registou avanços importantes no cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, apresentando dados consistentes e alinhados aos padrões das Nações Unidas, com progressos nas áreas de **educação, segurança alimentar, saúde, acesso à água potável e empoderamento da mulher**.

Destacou que o verdadeiro sucesso do desenvolvimento do País deverá ser medido pela **melhoria das condições de vida dos jovens, redução da violência baseada no género, criação de empregos dignos, maior participação e empoderamento da mulher, bem como pela promoção do conteúdo local e fortalecimento das capacidades nacionais**.

A Representante Residente realçou ainda que **não haverá desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz duradoura sem desenvolvimento, inclusão e boa governação**, salientando a necessidade de enfrentar os desafios relacionados com os conflitos armados e outras vulnerabilidades que afectam o País.

Por fim, considerou que a **Declaração da Conferência reflecte um compromisso partilhado de transformar o diagnóstico em acção**, passando da identificação dos desafios para a implementação de soluções concretas que promovam um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.



Intervenção do Director do Grupo Banco Mundial em Moçambique (Fily Sissoko), na Sessão de Abertura da Conferência. 08/07/2026

Intervenção do Representante do Banco Africano de Desenvolvimento

Por sua vez, o Representante do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em Moçambique apresentou as considerações da instituição sobre os desafios e oportunidades do desenvolvimento nacional, destacando o **compromisso do BAD em apoiar o País no processo de reforma dos sistemas financeiros**, num contexto global marcado por profundas transformações, sublinhando que **Moçambique não pode ficar para trás neste processo de mudança**.

Destacou a necessidade de **mobilizar capital em grande escala** para financiar as prioridades estratégicas de desenvolvimento, bem como de **transformar o dividendo demográfico numa oportunidade**, através do investimento no capital humano, criação de emprego e desenvolvimento de capacidades produtivas.

Sublinhou a importância de **promover infra-estruturas resilientes às mudanças climáticas**, capazes de responder aos desafios ambientais e apoiar um crescimento económico sustentável e inclusivo.

Enfatizou que **a paz constitui a infra-estrutura mais básica para o desenvolvimento**, sendo um dos activos mais decisivos para o futuro de Moçambique, uma vez que **sem segurança não será possível construir cadeias de valor sustentáveis, atrair investimento e consolidar o desenvolvimento económico**.

Reiterou a total disponibilidade para apoiar a implementação da agenda nacional de desenvolvimento inclusivo e sustentável do país.

Discurso de Encerramento de Sua Excelência Salim Cripton Valá, Ministro da Planificação e Desenvolvimento

Sua Excelência o Ministro da Planificação e Desenvolvimento iniciou a sua intervenção de encerramento fazendo algumas notas sobre a **necessidade de partilha dos instrumentos de planificação e das ferramentas de governação existentes**, tendo referido a **importância de garantir uma maior inclusão de mulheres** nos painéis de futuras conferências.

Recordou uma ideia apresentada na sua intervenção de abertura, segundo a qual **“uma nação, tal como uma casa, não é obra do acaso; nasce de uma visão, ganha forma num projecto e ergue-se pelas mãos das pessoas”**, enfatizando que, embora o País ainda não tenha concluído essa construção, a Conferência permitiu assentar pedras importantes e aproximar mais os diferentes actores de desenvolvimento em torno de uma agenda de desenvolvimento nacional.

Referiu que, ao longo da Conferência, foi realizado um exercício honesto de reflexão sobre os alicerces dos últimos 25 anos de construção nacional, tendo sido debatidas as prioridades da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), do Programa Quinquenal do Governo (PQG) e do documento “Pensar Moçambique 2050”, procurando responder à questão central de **como transformar o crescimento económico em desenvolvimento assente na melhoria da vida das pessoas**.

Enfatizou que esse debate não ignorou os desafios que o país enfrenta, destacando que **Moçambique possui uma população maioritariamente jovem e uma oportunidade económica histórica associada ao gás natural**, cuja gestão determinará se essa riqueza será efetivamente colocada ao serviço do desenvolvimento nacional.

Sublinhou que, num momento em que o país precisa de se reencontrar, a **Conferência conseguiu reunir, na mesma sala, os diferentes actores do desenvolvimento**, permitindo construir consensos a partir das diferenças e demonstrando que o **diálogo inclusivo constitui um mérito** e não um obstáculo ao desenvolvimento. A presença do Presidente da República e da Primeira Ministra foi o reflexo da importância que o Governo atribui ao exercício de pensar e reflectir em conjunto no balanço dos últimos 25 anos em em perspectivar os próximos 25 anos.



Destacou que **o Moçambique que se pretende construir é um país onde a riqueza do subsolo contribua para a construção de escolas, hospitais e estradas**, onde os jovens não precisem de emigrar para encontrar oportunidades e onde nenhuma criança seja deixada para trás por ter nascido fora da capital, afirmando que é esse o Moçambique que se pretende em 2050 cuja construção foram destacados durante a Conferência.

Referiu que ninguém ergue uma catedral esperando vê-la terminada em vida, defendendo que **as grandes obras nacionais exigem visão de longo prazo e compromisso com as gerações do presente e do futuro**.

Enfatizou que os compromissos assumidos apontam para um país onde **os recursos naturais sejam convertidos em benefícios concretos para a população**, onde o sector privado seja o digno motor da criação da riqueza e do emprego, onde os jovens encontrem oportunidades no próprio país e onde nenhuma criança seja excluída em função do seu local de nascimento ou origem social.

Sublinhou que ninguém constrói o futuro sozinho, acrescentando **que o Estado, por si só, não desenvolve o País**, cabendo-lhe abrir o caminho e criar as condições para que o sector privado crie riqueza que sustenta o desenvolvimento nacional.

Referiu que, com esta Conferência, **foi dado mais um passo na imaginação e na construção dos pilares do Moçambique que se almeja para 2050**, reconhecendo que muitos dos presentes poderão não assistir à concretização plena dessa visão, uma vez que as grandes obras de uma nação são realizadas para as gerações futuras.

Agradeceu à todos os que deram corpo ao trabalho realizado durante a Conferência, dirigindo um reconhecimento especial ao Keynote Speaker, Dr. Akinwumi Adesina, ao Professor Cardoso Muendane, ao Dr. Prakash Ratilal, à União Europeia, ao Banco Mundial, ao BAD, ao PNUD, bem como às instituições parceiras, nomeadamente a Fundação MASC, o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a Universidade Pedagógica (UP), o International Growth Centre (IGC) e o IESE, cujo rigor e competência contribuíram para o sucesso da Conferência.

Enfatizou que **o desenvolvimento de Moçambique é um compromisso de todos**, na medida da capacidade de cada um, tendo igualmente dirigido uma palavra de reconhecimento à equipa do Ministério da Planificação e Desenvolvimento e do MASC pela organização do evento.

Sublinhou que o trabalho mais importante começa após a Conferência, **quando as decisões tomadas deverão ganhar vida através da sua implementação**, advertindo que as gerações mais jovens irão avaliar o que foi efectivamente realizado quando o país teve diante de si uma oportunidade histórica.

Referiu que, ao longo da Conferência, foram debatidos temas fundamentais para o desenvolvimento do país, designadamente a agricultura, a gestão macroeconómica, as pequenas e médias empresas, os impactos das mudanças climáticas e as respectivas estratégias de mitigação e adaptação, as questões de descentralização e governação, a gestão criteriosa dos recursos naturais, a educação e o ensino, os desafios da industrialização, o financiamento ao desenvolvimento, a transformação estrutural da economia, o aproveitamento do dividendo demográfico, o papel catalizador do capital humano e das infraestruturas, a relevância do bom ambiente de negócios, a adequada integração de Moçambique na região e no mundo, entre outras temáticas.

Apelou para que **todos assumam o seu papel na construção do desenvolvimento nacional**, destacando que este se concretize em cada distrito, em cada machamba que produz, em cada escola que abre, em cada empresa que investe e em cada cidadão que decide fazer a sua parte.

Exortou os participantes a não esperarem apenas por iniciativas provenientes de Maputo, **incentivando-os a começar onde estão, com os recursos disponíveis, recorrendo à criatividade e à sabedoria** de cada comunidade.

Reafirmou que **Moçambique é uma casa comum que não se constrói pelas mãos de alguns, mas sim pelo esforço colectivo de todos os moçambicanos**, incluindo dos amigos do país e daqueles que não estiveram presentes na Conferência.

Por fim, assegurou que **o Ministério da Planificação e Desenvolvimento está consciente das suas responsabilidades e do trabalho que deve iniciar de imediato**, afirmando que a actual geração optou por construir o futuro do país e que, com confiança, continuará a dar passos firmes rumo ao Moçambique que pretendemos para 2050.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável de Moçambique constituiu uma **plataforma estratégica de diálogo, reflexão e construção de consensos**, proporcionando um debate franco, aberto e construtivo sobre o percurso de desenvolvimento do país nos **últimos 25 anos**, os desafios actuais e as prioridades, perspectivas para os próximos 25 anos.

As intervenções e os debates permitiram colher contribuições, propostas concretas e recomendações estratégicas conducentes a transformar os recursos naturais em prosperidade para os moçambicanos. Uma mensagem clara reside na necessidade de Moçambique apostar na transformação dos seus recursos em indústria, reflectir sobre o seu posicionamento regional para um melhor aproveitamento das vantagens da sua localização geográfica; transformação do seu perfil demográfico em força produtiva; transformar a agricultura de subsistência em uma actividade empresarial competitiva.

A Conferência permitiu **consolidar uma visão partilhada sobre os principais desafios e oportunidades do desenvolvimento de Moçambique**, bem como **identificar prioridades estratégicas para orientar a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025 - 2044), do Programa Quinquenal do Governo (PQG 2025 - 2029) e da visão de longo prazo expressa no documento “Pensar Moçambique 2050”**.

O evento constituiu um **espaço de concertação nacional** que reforçou os consensos em torno da **transformação estrutural da economia, desenvolvimento do capital humano, gestão sustentável dos recursos naturais, fortalecimento da governação, promoção da paz e da unidade nacional, resiliência climática, transformação digital, integração regional e mobilização de parcerias para o desenvolvimento**.

As principais **constatações e consensos alcançados** estão sistematizados na

Matriz de Recomendações e Acções de Seguimento, que permitirá **consolidar os compromissos assumidos, identificar prioridades estratégicas, definir linhas de intervenção, estabelecer responsabilidades institucionais, fixar prazos de implementação e reforçar os mecanismos de monitoria, acompanhamento e prestação de contas** sobre a execução das recomendações da Conferência.

A Conferência reafirmou a necessidade de **unir esforços em torno de uma agenda comum de desenvolvimento inclusivo e sustentável de Moçambique**, baseada na **transformação económica, inclusão social, fortalecimento institucional, desenvolvimento do capital humano e valorização das potencialidades nacionais**.

Foi reforçada a importância de **fortalecer as parcerias estratégicas entre o Governo, sector privado, sociedade civil, academia, parceiros de cooperação e agências internacionais**, promovendo **maior alinhamento, mobilização de recursos, partilha de conhecimento e coordenação dos esforços de desenvolvimento**.

Em termos políticos e institucionais, a Conferência representou um **importante momento de reafirmação do compromisso colectivo com a construção de um Moçambique mais próspero, inclusivo e sustentável**, assente numa **visão de longo prazo, numa governação mais eficaz e numa maior convergência entre os diferentes actores nacionais e internacionais em torno das prioridades de desenvolvimento do País**.

Na reflexão sobre se **“Queremos apenas crescer ou queremos transformar Moçambique”**, foi referido que a resposta está dependente da **“capacidade de colocarmos o interesse nacional acima de qualquer interesse particular”** e **“o que determinará o nosso sucesso já não será a existência de oportunidades - será a nossa capacidade para as concretizar!”**. Nesse sentido foram mencionadas 10 acções prioritárias, nomeadamente: 1ª) Restabelecer a confiança dos mercados; 2ª) Foco na elevação da produção agrícola e agroindustrial; 3ª) Acção: Sobre o Papel

Nevrágico das micro, pequenas e médias empresas (MPME's); 4ª) Acção: Instituições Credíveis, Liderança Competente e Estabilidade na administração pública; 5ª) Acção: Sobre a justiça e o poder do Estado na execução das leis; 6ª) Acção: Ordem, disciplina, competência e responsabilidade; 7ª) Acção: A respeito da Ética e Moral; 8ª) Acção: Preservação do Meio Ambiente; 9ª) Necessidade de reformas noutros sectores; 10ª Criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (CONDES).

Os debates foram em torno das questões, **que Moçambique construímos nos últimos 25 anos? E que Moçambique queremos construir nos próximos 25 anos?** A análise dos últimos 25 anos mostrou que, houve sim sucessos, particularmente nos sectores sociais (saúde, educação, infraestruturas básicas e sociais) e no crescimento do PIB entre 1993 e 2015 de 7,9%; redução da pobreza, de 69,4% em 1997 para 46,1% em 2014; no entanto, de 2016 a 2025, o PIB cresceu 2,9% e a pobreza agravou entre 2014 e 2022, de 46,1% para 62%.

Uma questão colocada foi: **“Queremos crescer ou queremos transformar Moçambique?”** A avaliação indica que a população nacional quase duplicou durante o período, passando de 18,1 milhões em 2000 para 34,6 milhões em 2024; registou-se uma mudança do perfil da indústria nacional caracterizada pela produção e exportação do gás natural; uma variação do PIB com tendência para o decréscimo atingindo níveis mais baixos em 2020 e com tendência a recuperar nos últimos anos; níveis de corrupção entre os mais altos do mundo; níveis abaixo de 0.5, de desenvolvimento humano ocupando em 2020, o 181º lugar entre 189 países.

Pensando no futuro: **Como transformar o crescimento em prosperidade duradoura para os Moçambicanos?** Esta questão mereceu uma ampla reflexão pelo Prof. Doutor Adesina, que definiu Moçambique como **“uma nação de oportunidades extraordinárias”** elencando como principais potencialidades: i) localização estratégica no Oceano Índico; ii) linha costeira com mais de 2.700 km que liga a África Austral aos Mercados Globais; iii) recursos energéticos significativos; iv) minerais essenciais de

crescente importância global; v) vasto potencial agrícola; vi) população jovem de aproximadamente 22 milhões de pessoas.

Na sua intervenção, evidenciou as oportunidades de moçambique de transformar os recursos em indústria; as infraestruturas em conectividade; o investimento em criação de emprego; o crescimento económico em melhoria da qualidade de vida; o perfil demográfico em vantagem económica. Referiu que a resposta reside naquilo que o país decidir construir nas áreas da indústria, agricultura, capital humano, conectividade regional, resiliência institucional e de parcerias estratégicas.

É importante salientar que Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República, fez referência no seu discurso de Abertura que esta conferência **“realiza-se num momento em que Moçambique inicia um novo ciclo estratégico de desenvolvimento”**, pelo facto de marcar o encerramento simbólico da Agenda 2025 e a avaliação do percurso realizado iniciado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025 – 2050, pelo Pensar Moçambique 2050 e pelo Programa Quinquenal do Governo (2025 – 2029).

Que esta Conferência, sob o lema – **“Do Diálogo à Acção: Construindo o Moçambique do Futuro”** - foi na essência um exercício de reflexão conjunta sobre os caminhos do desenvolvimento inclusivo e sustentável. Os oradores, moderadores, painelistas e os mais de 700 participantes, entre presenciais e virtuais, responderam ao convite do Presidente da República de **“olhar para o passado com a devida honestidade intelectual, para o presente com sentido de responsabilidade como moçambicanos; e para o futuro com ambição e confiança”**.

O Presidente da República definiu, como desafios para o alcance da prosperidade duradoura, **“assegurar que o dinamismo dos grandes projectos impulsione igualmente a agricultura comercial, a indústria nacional, o turismo, as pequenas e médias empresas e a criação de emprego em todo o território nacional; transformar riqueza natural em riqueza nacional e crescimento económico em desenvolvimento inclusivo e sustentável, para que as oportunidades se convertam em prosperidade para todos os moçambicanos”**.



7. ANEXOS

- 1) Declaração sobre Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável de Moçambique
- 2) Discursos/intervenções dos Principais Intervenientes na Conferência
- 3) Proposta de Plano de Acção
- 4) Matriz de Acções de Seguimento
- 5) Termos de Referência da Conferência
- 6) Programa da Conferência
- 7) Lista de Participantes
- 8) Registo Fotográfico





Parceiros:



GRUPO BANCO AFRICANO DE
DESENVOLVIMENTO



Colaboração:

